

Formação e gestão inovadoras na era da transformação digital: abrangência, significados e relações.

Desafios para as Políticas de Internacionalização da Educação Profissional

Alessandra Xavier dos Santos¹, Ivanete Bellucci Pires de Almeida²

Resumo – Este artigo tem como objetivo descrever os principais desafios existentes para as políticas de internacionalização da educação profissional no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, pautada em conceitos relativos ao tema da internacionalização da educação profissional e tecnológica e uma discussão sobre as políticas de internacionalização. Alguns pontos foram perspectivados, destacam-se o predomínio da internacionalização passiva, o risco de *brain drain*, o foco no nível superior em detrimento do nível técnico de ensino e a própria falta de políticas claras sobre o tema. Esses fatores constituem-se como os mais desafiadores no Brasil.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Internacionalização da Educação, Política Educacional.

Abstract - This article aims to describe the main challenges for the internationalization policies of professional education in Brazil. For this, a bibliographic research was carried out exploratory, based on concepts related to the internationalization of professional and technological education and a discussion on internationalization policies. Some points were put forward: the predominance of passive internationalization, the risk of *brain drain*, the focus on the higher level in detriment of the technical level of education and the lack of clear policies on the subject. These factors are the most challenging in Brazil.

Keywords: Professional and Technological Education, Internationalization of Education, Educational Policy.

¹ Alessandra Xavier dos Santos – Aluna do Programa de Mestrado Profissional do Centro Paula Souza - alessandranutri@hotmail.com

² Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida – Professora do Programa de Mestrado Profissional do Centro Paula Souza - ivanete.bellucci@gmail.com

1. Introdução

A internacionalização da educação pode ser vista como um processo, que ocorre como uma resposta à globalização, de modo que os estudantes precisam estar preparados para a vida e o trabalho no mundo em que a conexão e a troca de informações são rápidas e frequentes, na qual a pesquisa funciona como propulsora do desenvolvimento de questões de interesse nacionais e internacionais. A internacionalização também incentiva transações comerciais, por exemplo, por meio da instalação de instituições de ensino em outros países (MIURA, 2006).

Tal processo é marca das relações entre as universidades, de natureza produtora de conhecimento. A universidade valoriza a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador, no entanto, o formalismo e a dependência das políticas estatais representam barreiras para a autonomia do ensino em conexão com o processo de internacionalização da educação (MOROSINI, 2006).

Em 1998 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou uma Conferência Mundial sobre Ensino Superior, na qual já indicava que a mobilidade estudantil era uma forte tendência de internacionalização, considerando que a mobilidade de estudantes entre instituições de diferentes nacionalidades é um aspecto da internacionalização que mais cresce entre os países de todo tipo de relação e de populações. A mesma Conferência Mundial incluiu o alerta de que a futura população ativa precisa ser composta por especialistas bem formados e atentos ao mundo, se o que se deseja é assegurar a prosperidade nos níveis nacional, regional e individual (UNESCO, 1998).

Antes mesmo do posicionamento da UNESCO em 1998 sobre a internacionalização da educação, no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980, os Estados Unidos representaram a primeira opção escolhida pelos estudantes em mobilidade devido às oportunidades oferecidas, destacando-se a possibilidade de seguir carreira acadêmica, apoio aos estudantes estrangeiros e o uso da língua inglesa. No entanto, tal situação tem sido modificada porque várias instituições de ensino de outros países também estão desenvolvendo programas de alta qualidade acadêmica, sobretudo na Austrália, no Japão, no Canadá e nos países da União Europeia (MIURA, 2006).

Independente de qual será o país de destino do acadêmico, a possibilidade de viver essa experiência internacional incrementa os conhecimentos de vida e da profissão, tornando o profissional mais realizado pessoalmente, assim como capacitado para atender as demandas pessoais e do mundo do trabalho, situado em um contexto globalizado. A existência de uma política de internacionalização tende a orientar o andamento desse processo e contribuir para o desenvolvimento da educação.

Este trabalho tem como objetivo descrever os principais desafios existentes para as políticas de internacionalização da educação profissional no Brasil.

2. Referencial Teórico

Lima e Maranhão (2009) definem como ativo ou passivo os modos em que o processo de internacionalização ocorre. A internacionalização ativa é vista quando as políticas dos países permitem receber alunos de outras nações e oferecer serviços educacionais no exterior, exportando e instalando *campi* em outros países. A internacionalização passiva caracteriza-se pela inexistência de uma política clara para o envio de alunos para outras nações, e pela falta da estrutura de recursos materiais e humanos para receber ou oferecer esse serviço aos estrangeiros.

No âmbito do senso comum, enquanto o termo ativo sugere a formação de uma visão positiva, associada à inteligência daquele que exerce ação direta sobre algo ou alguém com a intenção deliberada de gerar resultados previamente estabelecidos; o termo passivo, ao contrário, assume conotação negativa porque é associada à subalternidade, à dependência daquilo ou daquele que é objeto de determinada ação (LIMA; MARANHÃO, 2009, p.585).

De acordo com Chaves e Castro (2016), os países da América Latina estão inseridos no processo de mobilidade estudantil de forma embrionária e periférica. Os principais motivos para o Brasil encontrar-se inserido no processo de internacionalização de forma retardatária são a jovialidade do seu sistema de ensino superior quando comparado com os sistemas dos países desenvolvidos e a dificuldade com a língua estrangeira.

Para Stallivieri (2002), a mobilidade estabelece conexões e cria “redes de saber universal”. Essas redes aproximam as comunidades científicas de diferentes partes do mundo, o que também confere autoridade para a tomada de decisões. Assim assegura-se a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido.

Historicamente, o conhecimento científico-técnico durante séculos foi negado em parte aos países e povos colonizados e por isso, ainda hoje, a internacionalização do ensino, que possibilita intercâmbio cultural e científico, representa um grande desafio para os países em desenvolvimento (JESUS, 2014).

Compreende-se que as características predominantes no Brasil, de acordo com a definição proposta por Lima e Maranhão (2009), são de internacionalização passiva. Entre as motivações (econômicas, socioculturais, acadêmicas e administrativas) que levam o estudante brasileiro à mobilidade de seus estudos, a motivação de natureza econômica parece exercer maior importância. A relação dos custos financeiros e formação oferecida, a possibilidade de trabalhar e/ou de obter algum recurso financeiro, ou ainda, a existência de oportunidades no mercado de trabalho, são fatores que interferem na escolha, diferentemente dos estudantes de países de internacionalização ativa, prevalecendo os fatores socioculturais e acadêmicos.

O Relatório *Education at a Glance 2017: OECD Indicators* contempla Indicadores de mobilidade internacional para estudantes do nível superior de

ensino. De acordo com o documento, os estudantes internacionais do ensino superior favorecem campos de estudo nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, bem como em Negócios, Administração e Direito. Isso é explicado pelo papel central que essas disciplinas desempenham na inovação e na criação de oportunidades de trabalho (OCDE, 2017).

Cerca de um terço dos estudantes em mobilidade estão matriculados em diferentes cursos da seguinte forma: engenharia, produção e construção (17%); ciências naturais, matemática e estatística (10%) e tecnologias de informação e comunicação (6%). Aproximadamente 28% dos estudantes em mobilidade estão matriculados em cursos nas áreas de negócios, administração e direito. Os estudantes da Ásia formam o maior grupo de estudantes internacionais matriculados em programas de educação superior em todos os níveis, sendo 1,56 milhões em 2015. Destes, 612.000 vêm da China. Três quartos dos estudantes asiáticos direcionam-se para apenas três países: Estados Unidos (44%), Austrália (16%) e Reino Unido (15%) (OCDE, 2017).

3. Método

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica exploratória de acordo com o descrito por Gil (2002).

A pesquisa está pautada em conceitos relativos ao tema internacionalização da educação e uma discussão sobre políticas de internacionalização, realizada com base em artigos científicos de revistas indexadas, teses e dissertações publicados a partir do ano 2002, cujos principais autores consultados foram selecionados por serem pesquisadores do tema. Os autores são: Lima e Maranhão (2009), Miura (2006), Morosini (2006) e Stallivieri (2002, 2016, 2017), entre outros.

4. Discussão

Os estudantes em mobilidade podem contribuir para absorção de conhecimento, atualização de tecnologia e capacitação em seu país de origem. Estes estudantes ganham conhecimento tácito e que podem ser compartilhados através de interações pessoais diretas, permitindo que seu país de origem se integre em redes de conhecimento globais (OCDE, 2017).

No entanto, tendo em vista a atual realidade brasileira, com problemas sociais e econômicos presentes, enfrenta-se o problema da falta de estímulo para retorno ao país após a vivência internacional.

Desiderio (2006) considera como um fator negativo associado à internacionalização, o risco de *brain drain* ou fuga/evasão de cérebros, que implica em exercício profissional em outros países, levando à perda de recursos humanos brasileiros qualificados e, conseqüentemente, deixando em defasagem os interesses nacionais para o desenvolvimento social.

A existência de *brain drain* pode interferir negativamente no crescimento econômico da nação de origem do cidadão. De acordo com o estudo realizado por Teixeira (2016), considera-se que, depois que um país investe recursos na formação dos seus cidadãos tornando-os mais qualificados para o trabalho e estes optam por deixarem seu próprio país, ocorre desperdício de recursos escassos, o que impacta na economia.

Apesar da existência do problema da fuga de cérebros, Ramos e Velho (2011, p.945) afirmam que “o temor do *brain drain* não tem induzido medidas para resolver o desequilíbrio entre a formação de alto nível e a criação de oportunidades de trabalho qualificado no Brasil”.

Na opinião dos autores Miranda e Stallivieri (2017), algumas instituições de ensino superior brasileiras e o governo têm buscado projetos de colaboração em pesquisa e intercâmbio de estudantes com outros países, porém não é sempre que o processo de internacionalização ocorre de maneira articulada. Os autores enfatizam a necessidade da implementação de uma política pública de internacionalização no país. A educação internacional no Brasil precisa

Receber mais atenção, especialmente no que diz respeito à definição dos interesses nacionais frente ao seu processo de internacionalização. As decisões sobre formação de talentos para o futuro do país, uma agenda de cooperação internacional em matéria de transferência de conhecimento, a contribuição nacional aos desafios mundiais e a vinculação das atividades de internacionalização das agendas regionais são questões que o país precisa tratar de forma mais propositiva (MIRANDA; STALLIVIERI, 2017, p. 590).

Verifica-se maior visibilidade para o tema no ensino superior, pois são raros os estudos que se aprofundam em aspectos conceituais ligados à internacionalização do currículo na educação básica, conforme resultado de uma busca recente realizada por Thiesen (2017).

Para Miura (2006), representam os principais obstáculos à internacionalização da educação os altos custos e a falta de: políticas, planos estratégicos, escritórios de relações internacionais, orçamentos e estrutura para monitoramento de atividades, financiamento e pessoal administrativo em quantidade suficiente para atender as demandas do processo.

A escassez de políticas de internacionalização é evidente no Brasil, visto que as iniciativas no campo das políticas de internacionalização no país são recentes. O programa federal de maior impacto relatado até os dias atuais teve início há menos de uma década. Trata-se do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Em 2011 houve um investimento considerável feito pelo governo brasileiro na formação de brasileiros no exterior, por meio da criação do Programa Ciência Sem Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011.

O objetivo do programa é promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O Ciência Sem Fronteiras é uma realização dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas

instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2017).

A proposta firmada é que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior para manterem contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, bem como fixar pesquisadores estrangeiros no Brasil, estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros e gerar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2017).

Para custear o programa, são utilizados recursos provindos anualmente da União aos órgãos e entidades envolvidos no Programa de acordo com limites pré-determinados e também recursos provenientes de entidades públicas e privadas. (BRASIL, 2011).

Stallivieri (2016) considera que este Programa possibilitou ao Brasil um novo papel no cenário da educação mundial, considerando que, além do fortalecimento da condição de país emissor de estudantes ao exterior, o Brasil passou a ser também um país receptivo de estudantes internacionais, pois apresenta potencial para também para esta última atividade.

5. Considerações finais

Destacam-se como maiores desafios para as políticas de internacionalização o fato de que no Brasil predomina a internacionalização passiva, o risco de *brain drain*, o foco no nível superior em detrimento do nível técnico de ensino e a própria falta de políticas claras sobre o tema. Portanto, desenvolver, implantar e aprimorar políticas nacionais de internacionalização constitui-se de fato no mais importante desafio para este processo de educação baseada em troca de conhecimento em países diferentes.

Torna-se evidente a necessidade de elaboração e implantação de uma política pública que viabilize o avanço do processo de internacionalização da educação no país. A expectativa é de avanço tanto em relação à internacionalização passiva, facilitando o envio de estudantes brasileiros para instituições de ensino no exterior, considerando o elevado custo e a necessidade de consolidação de fontes de financiamento, como em relação à internacionalização ativa, com propostas de melhorias no sistema de ensino para receber estudantes internacionais e assim disseminar também o que é estudado e pesquisado no Brasil, nas diversas áreas de conhecimento, principalmente, com foco direcionado para área da ciência e tecnologia.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência Sem Fronteiras. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm>. Acesso em: 09 maio 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo de. Internacionalização da educação superior no Brasil: programa de indução à mobilidade estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.2, n. 1, p. 118-137, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650540>>. Acesso em 03 maio 2017.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. **O que é?** Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DESIDERIO, Edilma de Jesus. **Migração internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro**. 220 f. Dissertação (Mestrado em estudos populacionais e pesquisas sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=128842>. Acesso em 22 out. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Bianka de. Ensino Superior no Brasil: Internacionalização hoje e os acordos MEC-USAID. **Ciência e Luta de Classes Digital**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 34-44, 2014. Disponível em: <<http://www.seminarioeggen.ufc.br/curso/trabalhos-destacados/ensino-superior-no-brasil-internacionalizacao-hoje-e-os-acordos-mec-usaid/view>>. Acesso em: 02 maio 2017.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista Avaliação**, Campinas, v.14, n.3, p.583-610, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 22, n.3, p. 589-613, nov. 2017.

MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. 2006. 365 p. Tese (Livre Docência) - USP, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-03102006-135941/pt-br.php>>. Acesso em 03 maio 2017.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.107-124, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Education at a Glance 2017: OECD Indicators**. 2017. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en#page1>. Acesso em: 02 nov. 2017.

RAMOS, Milena Yumi; VELHO, Lea. Formação de doutores no Brasil e no exterior: impactos na propensão a migrar. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 933-951, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400003>. Acesso em: 04 nov. 2017.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. 2002. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____, Luciane. Estratégias para Internacionalização do Currículo: do Discurso à Prática. In: LUNA, José Marcelo Freitas (org.). **Internacionalização do currículo: Educação, Interculturalidade e Cidadania Global**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016, 332p

TEIXEIRA, Joana Catarina Pinto. **Brain Drain e crescimento econômico: revisão crítica da literatura e análise empírica**. 51 f. (Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas). Faculdade de Economia do Porto, Porto, 2016. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87205/2/160962.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

THIESEN, Juarez da Silva. Internacionalização dos Currículos na Educação Básica: concepções e contextos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.4, p. 991-1017 out./dez.2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/34932/24424>>. Acesso em: 06 maio 2018.

UNESCO. **Tendências de educação superior para o século XXI**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Paris: UNESCO/CRUB, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127139porb.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.